



**LINGUAGENS
PAJUBEYRAS:
re(ex)sistência
cultural e
subversão da
heteronormativi-
dade. LIMA, Carlos
Henrique Lucas. 1^a
ed./Salvador, BA:
Editora Devires,
2017.**

**PAJUBEYRAS
LANGUAGES:
cultural
re(ex)sistance and
subversion of
heteronormativity**

Célio Silva Meira

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
tonuesc@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v4i7.4336>

Quando do meu primeiro contato com as linguagens denominadas, atualmente, como pajubeiras, repertório vocabular e performático típico dos grupos LGBTQI+; à época, não conhecíamos essa expressão, e sim as chamávamos de linguagens dos “entendidos”, denominação para gays, lésbicas e travestis. Foi com um namoradinho lá pelos meus 16, 17 anos que tive o meu primeiro contato. Ele era adepto do candomblé e da sua boca saía palavras inusuais até então para mim: *ocô, amapô, edi, aquenda, neca* e tantas outras que me deixava confuso e, ao mesmo tempo, despertava em mim o interesse de saber o que significava cada uma daquelas palavras, e, claro, usá-las no meu cotidiano.

Porém, minha felicidade durou pouco. Na época, eu cursava o Ensino Médio, fazia o curso de Magistério, formação em nível médio, onde nos preparávamos para atuar nas séries iniciais e uma determinada professora da área das práticas de ensino me chamou e disse que com aquele tipo de linguagem eu não teria condições de estagiar e, logo, não concluiria meu tão sonhado curso. Com isso, acabei abandonando a prática e o aperfeiçoamento do meu pajubá, por causa de uma educação heteronormativa que afirmava que aquele tipo de “palavrado” era chulo demais para alguém que desejava seguir a carreira de educador. Eu, segundo essa professora, provavelmente, jamais conseguiria uma colocação no mercado de trabalho fazendo uso daqueles termos inadequados.

Mesmo assim, dentro de mim, nunca deixou de existir uma “pajubeira”. Mesmo proibida, quando eu tinha oportunidade, lá estava eu usando meu repertório de palavras “inadequadas” para o mundo da academia e para o mundo da heteronorma.

Hoje, com a experiência e a vivência que adquiri ao longo da minha trajetória, tanto de vida, quanto acadêmica, percebo que todo aquele palavreado inadequado para a época, nada mais era do que uma forma de resistência aos preconceitos sofridos e que ainda sou por não encaixar-me dentro de um modelo de sociedade construído a partir da exclusão das minorias sexuais, étnicas, etc.

Ao deparar-me com a obra *Linguagens Pajubeyras*, de Carlos Henrique Lucas de Lima, fruto de sua tese de doutoramento em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, foi possível, a partir de uma leitura prazerosa e com uso de uma linguagem perspicaz e uma pitada de humor ácido, fazer uma reavaliação do uso do linguajar bajubeiro típico das populações subalternizadas. Uma linguagem que perturba os discursos dominantes em relação ao gênero e à sexualidade e do sujeito do iluminismo, zomba dos binarismos, traz uma proposta de escrita inovadora, em relação ao modelo cartesiano de pesquisa. Promovendo o deslocamento de uma epistemologia colonial para uma outra, que podemos denominá-la de descolonial ou desconstrutora.

Discute, também, o cenário histórico do Pajubá. Segundo as considerações do autor, o mesmo tem sua origem no ioruba-nagô (língua-de-santo), muito usada ainda hoje, nas religiões afro-brasileiras (Candomblé e Umbanda). Ressalta-se aqui, que o meu contato com esse linguajar se deu em função da aproximação com pessoas desse universo cultural, conforme dito anteriormente, e na fusão com outras línguas modernas e/ou palavras da própria língua portuguesa falada aqui em nosso território. O Pajubá, segundo o livro, começa a ser falado à época de Ditadura Cívico-Militar Brasileira, por conta da repressão policial ou para despistar a presença de alguém indesejado, especialmente, travestis e transexuais, constituindo, com isso, uma forma de ato político calcado na ideia de performatividade da linguagem, potência de subversão e resistência.

“Aqueles curiosas e, por vezes, risíveis, palavras e expressões que mobilizam não apenas vocábulos como ainda performaticamente todo o corpo” (p.96), para o autor, risíveis se olhadas por meio de um olhar colonizador, filtrado por uma lente europeia que entende “exótico” tudo aquilo que de seus paradigmas se afasta. O pajubá nada mais é do que uma “gongação” da norma. Para essas linguagens rebeldes, antigramatical, pouco importa a homogeneização da grafia dessas palavras.

Uma escrita embasada em obras de autores clássicos dos estudos de gênero e sexualidade,

tais como Judith Butler, Michel Foucault, Paco Vidarte, Peter Fry, além de autores da atualidade, como Leandro Colling, Larissa Pelúcio, Paul B. Preciado etc., além da apresentação das linguagens pajubeiras, que é o cerne da obra, esta, por sua vez, também traz toda uma discussão acerca da violência de gênero e da orientação sexual que assola o nosso país ao longo da história.

A análise das linguagens pajubeiras feitas pelo autor constituem como escrituras, textos terroristas com um potencial incalculável de subversão da ordem, constituem-se enquanto identidades escandalosas, “lacrativas”, “fechativas”, transbordantes, queer, tornando as normas absurdas e ridículas para assim, vilanizar a vida.

Célio Silva Meira: Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Mestre em Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável pelo PPGCA da UESB. Especialista em Psicologia da Educação e Antropologia com Ênfase em Culturas Afro-Brasileiras UESB. Graduado em Geografia pela UESB e Ciências Sociais pela UNIMES. Professor de Geografia e Sociologia do Colégio Estadual Dr. Roberto Santos e da Escola Municipal Luís Heraldo Duarte Curvelo, Poções- Bahia, membro dos seguintes grupos de pesquisa: Cultura, Ambiente e Sociedade: Linguagem e Design Social (CASLIDS)- UESB e Desenvolvimento Sociedade e Natureza (DSN) UCSal, pesquisador das temáticas: comunidades tradicionais de religiões de matriz africana (especialmente Umbanda), recursos naturais e religião, memória e espaço, sexualidade e gênero.

Artigo recebido para publicação em: Outubro de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Novembro de 2018.